



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJUSTREL
7600 ALJUSTREL

À

Federação Nacional Dos
Professores
R. Fialho de Almeida 3
1070-095 Lisboa

Sua Referência

Sua comunicação de

Nossa referência
AM/ 1/2023

Data
2023/03/16

ASSUNTO: MOÇÃO - Em defesa da Escola Pública, Pelo respeito e valorização dos Professores e Educadores

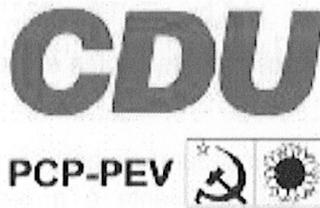
Para conhecimento de V.Ex^a e devidos efeitos, junto remeto cópia da moção, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Aljustrel realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2023.

Com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal

- Nelson Domingos Brito -

/SR.



Moção

Em defesa da Escola Pública, Pelo respeito e valorização dos Professores e Educadores

A educação, concretizada pela Escola Pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, é um direito fundamental e condição para a emancipação individual e coletiva, possibilitando a formação integral de cada cidadão, através do acesso ao conhecimento cultural e científico. A Escola Pública, promotora da igualdade de oportunidades e do sucesso educativo, é também um veículo para o desenvolvimento económico, cultural e social do País.

Ano após ano, a Escola Pública, pilar de uma sociedade democrática, tem vindo a ser confrontada com opções políticas dos sucessivos governos que desresponsabilizam o Estado, com uma desvalorização e subfinanciamento, contribuindo para um acentuar das desigualdades ao longo da sua escolaridade. Este agravamento da realidade vivida na escola pública diminui a qualidade das condições de aprendizagens proporcionadas às crianças e jovens, bem como às suas famílias e não resolve os problemas que afetam o dia-a-dia nas escolas. A defesa da Escola Pública concretiza-se com investimento na mesma, com a colocação dos profissionais em falta, sejam estes docentes, não docentes ou técnicos especializados, com a valorização os seus profissionais e das suas carreiras e com a melhoria das condições de trabalho e de estudo.

É pelo agravamento das suas condições de trabalho e pela dignificação da sua profissão que os professores e educadores, designadamente no nosso concelho, e os sindicatos que os representam, estão em luta e nas ruas há vários anos, e desde o início do ano letivo, que participam de modo inabalável em ações e iniciativas na defesa da Escola Pública e de melhores condições de trabalho e de carreira, onde afirmam bem alto que exigem Respeito! e é urgente que o governo e o ministro da educação oiçam as suas reivindicações e que deem resposta aos seus justos anseios, pois ignorá-las é condenar o futuro da Escola Pública.

Faltam professores nas escolas, a parca atratividade para a profissão faz com que os jovens não queiram enveredar por este caminho, com a agravante dos milhares de professores que se estão a aposentar, isto, para não falar dos que abandonam a profissão.

Mas a falta de docentes não pode dar aso ao crescente alargamento das habilitações próprias, tapando o sol com a peneira e pondo em causa a qualidade do ensino, mas sim, a políticas de valorização da carreira docente e a melhoria das condições do exercício da sua profissão, de forma a tornar a profissão atrativa.

Os professores e educadores exigem um regime justo de concursos, onde a graduação profissional seja o único critério e rejeitam a criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos dentro do mesmo quadro de zona pedagógica.

A precariedade na profissão docente é uma das reivindicações que há muito deveria ter tido resposta. São mais de 15 mil professores que deveriam estar nos quadros do ministério da educação por exercerem há três ou mais anos, alguns destes com quinze ou mais anos de serviço, auferindo vencimentos do 1º escalão por não ingressarem na carreira docente.

Os professores na rua exigem, e justamente, a contagem integral do tempo de serviço que dedicaram às aprendizagens dos seus alunos, bem como a eliminação das quotas e vagas para a progressão para os 5.º e 7.º escalões.

Mas as reivindicações não ficam por aqui, passam nomeadamente pela eliminação de tarefas burocráticas impostas aos docentes, dando-lhes tempo para aquilo que realmente é a profissão docente, processo de ensino-aprendizagem, ou a revisão do regime de Mobilidade por Doença, que garanta a deslocação de todos os que, comprovadamente, tiverem doenças incapacitantes ou acompanhem familiares diretos nessas condições, ou ainda pela resolução de problemas de grupos específicos de professores como o grupo de recrutamento 530 ou a contagem do tempo de serviço prestado pelos/as educadores/as em creche ou a vinculação e regime de concursos dos professores do ensino artístico.

Por estes motivos, e tantos outros, os professores e educadores estão em luta, afirmando nas suas escolas e na rua que exigem Respeito!, que estão em luta pela defesa da Escola Pública e pela valorização da profissão docente.

Assim, a Assembleia Municipal de Aljustrel, reunida a 27 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Saudar a luta dos professores, educadores, bem como os sindicatos que os representam nas suas justas reivindicações, em defesa da Escola Pública através da valorização das carreiras;
2. Instar o Governo a investir na Escola Pública e a valorizar os seus docentes, mas também nos outros profissionais de educação, proporcionando melhores condições de aprendizagem para as crianças e jovens e de trabalho;
3. Exigir ao Governo e ao Ministro da Educação o combate efetivo à precariedade, com a realização de concursos extraordinários de vinculação dos professores com 1095 dias de serviço, independentemente de se tratar de horários completos ou incompletos e anuais ou temporários, salvaguardando a não existência de ultrapassagens;
4. Exigir ao Governo e ao Ministro da Educação, a contagem integral do tempo de serviço docente, incluindo os seis anos, seis meses e vinte e três dias;
5. Instar o Governo e o Ministro da Educação para cumprir um regime justo de concursos através do mecanismo único da graduação profissional;
6. Repudiar a criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos;
7. Exigir ao Governo e ao Ministro da Educação o fim das quotas e vagas na passagem do 4º para o 5º e do 6º para o 7º escalões e a revisão do modelo de avaliação de desempenho.
8. Instar o Governo a abrir rapidamente negociações com as estruturas sindicais sobre os problemas que afetam a profissão docente e o funcionamento da Escola Pública.

Sendo aprovada, esta Moção deverá ser remetida ao diretor e presidente do conselho geral, para posterior divulgação juntos dos docentes do Agrupamento de Escola, às organizações sindicais do setor, e publicação no Boletim Municipal.

Aljustrel, 27 de fevereiro de 2023

Os membros eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Aljustrel